



ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DO ALGARVE

ATA Nº. 2/2021

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 21/12/2021

---Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e um, pelas quinze horas, no Auditório Carlos do Carmo, em Lagoa, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Intermunicipal do Algarve, para debater os seguintes pontos da ordem de trabalhos:-----

I – Período de Antes da Ordem do Dia:-----

1. Aprovação das atas das sessões anteriores; -----
2. Apreciação, discussão e deliberação de moções e recomendações apresentadas bem como apreciação e discussão de assuntos de interesse para a Comunidade Intermunicipal, de âmbito local ou regional.-----

II – Período da Ordem do dia:-----

1. Informação do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal acerca da atividade da Comunidade Intermunicipal do Algarve;-----
2. Apreciação dos compromissos plurianuais assumidos no ano de 2021, no âmbito da autorização prévia genérica concedida pela Assembleia Intermunicipal;-----
3. Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, do Plano de Recrutamento para o ano de 2022;-----
4. Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, do Mapa de Pessoal para o ano de 2022;-----
5. Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2022;-----
6. Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, da autorização prévia genérica favorável à de assunção de compromissos plurianuais no ano de 2022.-----

---Após apresentação de cumprimentos a todos, o Presidente da Mesa informou que esta sessão cumpre as normas de segurança em vigor, emanadas pela Direção Geral

de Saúde, no combate à pandemia do coronavírus COVID 19 e que os procedimentos a adotar seriam os mesmos da sessão anterior, designadamente o distanciamento dos lugares a ocupar, o uso obrigatório de máscara, a higienização das mãos e que não haveria lugar ao manuseamento e circulação de quaisquer documentos, nomeadamente a lista de presenças e senhas. Esclareceu que iria ser feita a chamada e confirmada a presença dos membros desta Assembleia e que as senhas de presença seriam enviadas posteriormente, por meio de correio eletrónico, para seu preenchimento e respectiva devolução aos serviços de Apoio à Assembleia.-----

---A Assembleia Intermunicipal concordou, por unanimidade, com a metodologia proposta pela Mesa.-----

---O Presidente da Mesa agradeceu a colaboração de todos os intervenientes na organização desta sessão, designadamente à Câmara Municipal de Lagoa, pela disponibilização das instalações, aos seus funcionários que deram assistência à sessão, bem como os colaboradores da AMAL. Informou que esta sessão teve lugar na cidade de Lagoa, depois da sessão anterior ter tido lugar na cidade de Faro, dando assim continuidade ao roteiro de sessões da Assembleia Intermunicipal descentralizadas nos municípios do Algarve. -----

---Destacou que, antes de dar início à discussão dos pontos da ordem de trabalhos, iria-se proceder à tomada de posse dos membros eleitos para esta Assembleia que não compareceram, justificadamente ao ato de instalação, realizado no passado dia 6 de dezembro, nos termos do n.º 3 do art.º44 da Lei nº. 169/99 de 18 de Setembro e o artigo 6º, nº 2 do Regimento desta Assembleia. Procedeu-se à conformidade formal do processo eleitoral com a identidade destes eleitos e após terem prestado juramento legal, os mesmos foram investidos de imediato nas suas funções na Assembleia Intermunicipal, ato de que se lavrou ata adicional à ata de instalação.-----

---Investidos nas suas funções todos os membros eleitos, procedeu-se à verificação dos deputados presentes.-----

---Estiveram presentes os seguintes deputados:-----

---Francisco José Pereira Oliveira (PS), Helena Maria Palhota Dias Simões em substituição de Carlos Sérgio Freire Quintino (PSD), Leonardo Manuel Teixeira do Paço (PS) Carlos Emanuel Rafael Vieira (MIPA), António Marques Romeira Matias (PS), Graça Maria da Palma Pereira (PSD), Ivo Rafael Maltez Amendoeira (PS), Zita Maria Duarte Glória (Renascença), Maria Margarida do Livramento Claudino em substituição de João Alfredo Fernandes Teixeira (PSD), Ernestina Maria Valongo

Martins de Castro (PSD), Tiago Botelho Martins da Silva (PSD), Luís Manuel Fernandes Coelho (PS), Ana Catarino Pina Águas em substituição de João Manuel Camacho Gameiro Alves (PSD), Cláudia Suzana Silva da Luz (PSD), Tatiana Henriques Homem de Gouveia (PS), António Manuel Dias Mendonça (CDU), José Manuel Correia Águas da Cruz (PS), Luís Pedro Vieira Ribeiro (PS), Carla Isabel de Jesus Serol em substituição de Maria Licínia Mendes Lourenço (PS), Vítor Manuel Grade Martins Sobral (PS), Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos (PS), Rui Filipe Machado de Araújo (PSD), Paulo Alexandre Cota de Meneses Toste (PS), José Manuel da Glória de Oliveira (CDU), Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes (PS), Maria Esteves Ferreira Lourenço (PS), Abel Filipe dos Santos Matinhos (PS), Elisabeta Ecaterina Necker (PS), João Carlos Dias dos Santos (PSD), Cláudia Isabel Martins Mendes (PSD), Carlos Bruno Correia de Almeida (PS), Paulo Alexandre Duarte Rosa (PSD), Rui Augusto Martins Cardoso (PS), Helder Nuno Silda do Carmo (PS), Francisco José Moleiro dos Santos (PSD), Tatiana Lourenço Queirós (PS), Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica (PS), José Manuel Figueiredo Santos (PS), Marina de Carvalho Costa Esteves (PS), Pedro Miguel Sousa da Mota (BE), Carlos Eduardo Gouveia Martins (PSD), Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano (CPMF), Josélia Maria Gomes Mestre Gonçalves em substituição de João Manuel Rodrigues Grenhas (PS), Fabiano Viegas Rodrigues (PSD), João Varela dos Santos em substituição de Débora Andreia Moniz dos Santos Ferreira Quaresma (CDU), Bruno Chicharo Pereira (CDU), José Pedro da Silva Soares (PSD), Ana Sofia Belchior da Silva Ferreira (PS), Muriel Cristina Dias Neto (PSD), José Epifânio Martins Graça (PS), Jorge Humberto Martins Corvo (PSD), Maria Manuela Gonçalves Romão em substituição de Maria Margarida Flores Gomes Martins Alves (PS), Gilberto Repolho dos Reis Viegas (PSD), Armindo Paulo Leal Vicente (PS), Célia Maria Marques da Rosa Paz (PS), Manuel Filipe Pôla Alturas (PS), Anabela da Conceição Lança Marques (PSD), David Miguel Vasques Silva (PSD).-----

---Estiveram também presentes os senhores António Miguel Ventura Pina, Presidente do Conselho Intermunicipal e Joaquim José Brandão Pires, Primeiro Secretário da Comunidade Intermunicipal do Algarve -----

--- Não houve faltas a registar.-----

---A Mesa estava constituída pelo seu Presidente, José Manuel Correia Águas da Cruz, Vice-presidente, Tiago Botelho Martins da Silva e secretária, Célia Maria Marques da Rosa Paz.-----

---Verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou formalmente aberta a sessão, dando início à Ordem de Trabalhos.-----

I – Período de Antes da Ordem do Dia:-----

1. Aprovação das atas das sessões anteriores: - A ata da sessão anterior, realizada no dia 6 de dezembro de 2021, foi aprovada por unanimidade dos membros presentes naquela sessão.-----

2. Apreciação, discussão e deliberação de moções e recomendações apresentadas bem como apreciação e discussão de assuntos de interesse para a Comunidade Intermunicipal, de âmbito local ou regional:- O Presidente da Mesa procedeu à leitura do artigo 46.º do Regimento e chamou a atenção para a necessidade do cumprimento dos prazos nele previstos, nomeadamente para a entrega dos documentos nos serviços de apoio à Assembleia, para debate nas sessões, a fim de poderem ser remetidos aos deputados intermunicipais atempadamente. Informou ainda que, de acordo os artigos 45º e 46º do Regimento em vigor, o Período de Antes da Ordem do Dia tem a duração de uma hora, podendo ser prorrogado por mais quinze minutos, por decisão qualificada da Assembleia, e a discussão de cada um dos pontos da Ordem do Dia tem a duração também de uma hora, sendo que a duração máxima da reunião não poderá ultrapassar as quatro horas. Feito este enquadramento regimental, apelou ao cumprimento destas normas bem como ao espírito de síntese dos deputados nas suas intervenções.-----

---Feitas estas observações, informou que foram rececionados nos serviços de apoio à Assembleia quatro documentos, um dos quais um requerimento, apresentado pelo Grupo Intermunicipal do PSD, questionando o Conselho Intermunicipal se tinha conhecimento ou alguma decisão tomada acerca do processo nº 257/20, que corre na Câmara Municipal de Loulé, sobre o licenciamento de alteração de uma unidade industrial, na freguesia de São Clemente. Sobre este requerimento, o Presidente da Mesa informou que será remetido para o Presidente do Conselho Intermunicipal para informação, e posteriormente, a resposta será remetida a todos os deputados.-----

---Passou-se, de imediato, à discussão da recomendação, apresentada pela bancada da CDU, intitulada “Pelo Reforço da capacidade do Serviço Nacional de Saúde”, documento número um, apenso a esta ata. O deputado António Manuel Dias Mendonça procedeu à leitura da referida recomendação.-----

---A deputada Graça Pereira analisou detalhadamente cada um dos pontos desta moção, apresentando contra argumentos a cada um deles e que sustentavam a sua

não concordância com a mesma.-----

---Seguidamente interveio a deputada Josélia Gonçalves, que afirmou não se rever no teor desta moção, tendo em conta que se trata de um documento que defende uma determinada ideologia onde muitos dos seus pontos não tem razão de ser, uma vez que já foram e estão a ser implementados no Serviço Nacional de Saúde (SNS). Fez uma breve explanação sobre o trabalho e esforço desenvolvido, na área da saúde na região, quer pelos Municípios quer por entidades governamentais, no combate à covid-19 e na continuidade de assegurar os outros serviços do SNS, nomeadamente no reforço de recursos financeiros e humanos. Pelas razões apresentadas, disse que não votará a favor desta moção.-----

---O senhor Pedro Mota chamou a atenção para a problemática que pode existir se houver rotura nos serviços privados, na área da hemodiálise, uma vez que noventa por cento dos seus cuidados são prestados por entidades privadas. Disse que irá abster-se na votação desta moção.-----

---Procedeu-se à votação da moção, que foi reprovada com 50 votos contra, 4 votos a favor e 4 abstenções, distribuídos entre as diferentes forças políticas aqui representadas da seguinte forma: PS - 28 votos contra e 2 abstenções; PSD – 20 votos contra; CDU – 4 votos a favor; BE – 1 abstenção; CPMF – 1 abstenção; MIPA – 1 voto contra e Renascer – 1 voto contra.-----

---Seguidamente passou-se à apresentação, discussão e votação da Moção, apresentada pela bancada da CDU, intitulada “ Pelo fim das portagens na via do Infante dez anos depois, a luta continua!”, documento número dois apenso a esta ata. O deputado Bruno Pereira procedeu à sua leitura.-----

---O Deputado Pedro Mota declarou estar legalmente impedido, por motivos profissionais, de participar na discussão e votação da moção, retirando-se da sala.-----

---Analisando o teor da moção, o deputado Carlos Gouveia Martins disse que não concordava com a primeira parte da moção, justificando que o PSD, ao longo de todos estes anos, sempre lutou pela redução do valor das portagens, recordando várias datas em que o seu partido assumiu essa posição, ao contrário do que é mencionado pelo PS e restantes forças políticas com assento na Assembleia da Republica. Sobre a necessidade urgente na requalificação da EN 125, disse estar inteiramente de acordo.-----

---O deputado Abel Matinhos referiu que foi no mandato PSD em 2011 que entrou em vigor o pagamento das portagens na via do infante e desde essa altura o PS tem

vindo sempre a lutar pela sua redução, por ter consciência que a via do Infante é a única via que serve o Algarve, do barlavento ao sotavento, e por não haver outra alternativa segura. Relembrou que na anterior Assembleia, todas as forças políticas do Algarve aprovaram uma moção para abolição das portagens, também apresentada pela CDU e que foi também no Governo PSD/CDS que parou as obras de requalificação da EN 125. Por todas estas razões, acrescentou que irá votar a favor da moção.-----

---O deputado José Manuel da Glória Oliveira contradisse as afirmações proferidas pelo deputado do PSD, dizendo que o PCP ao longo destes últimos dez anos apresentou na Assembleia da República dez projetos de resolução pela eliminação das portagens na via do Infante enquanto o PS nunca assumiu, por inteiro, essa posição, porque se o tivesse feito decerto que o problema estava resolvido.-----

--- A Deputada Marta Caetano disse que o PCP/CDU é que se contradiz ao dizer que sempre trabalharam na redução/abolição das portagens, quando sendo “Muleta do Governo”, aprovaram e viabilizaram nos últimos anos os Orçamentos de Estado, onde constavam verbas provenientes da cobrança das portagens, na via do Infante.-----

---O deputado Carlos Gomes apelou para que, no caso de se pretender que esta Assembleia seja um fórum de debate a uma só voz, na defesa dos interesses e qualidade de vida dos algarvios, dever-se-ia evitar que, nas moções e noutros documentos a discussão, tivessem considerandos e pressupostos meramente ideológicos e políticos que só dividem opiniões e prejudicam a sua aprovação.-----

---Concordando com esta posição, também o Presidente da Mesa comentou que apesar das diferenças politico-ideológicas e respeitando a identidade de cada uma das forças políticas, deveria fazer-se um esforço de convergência naquilo que é essencial na defesa dos interesses da Região.-----

---Em resposta, o deputado António Mendonça comentou que o PCP aprovou os Orçamentos de Estado sempre na defesa dos interesses dos trabalhadores portugueses e do Algarve e que sempre foram frontais na defesa da abolição das portagens. Disse que tendo em conta o modo indirecto da representação dos algarvios nesta assembleia, não gostaria que nela, nestes próximos 4 anos, existisse uma união política regional, uma vez que não existindo a Regionalização e o Algarve estando sempre dependente do Governo Central, situação com a qual discorda totalmente, a diversidade de opiniões e combate político, torna-se necessário para a defesa dos interesses dos algarvios.-----

---Terminada a sua discussão a moção foi colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria, com 30 votos a favor e 27 abstenções, distribuídos entre as diferentes forças políticas aqui representadas da seguinte forma: PS - 23 votos a favor e 7 abstenções; PSD – 1 voto a favor e 19 abstenções; CDU – 4 votos a favor; CPMF – 1 abstenção; MIPA – 1 voto a favor e Renascer – 1 voto a favor.-----

--- Terminada a votação, o Deputado Pedro Mota regressou à sala.-----

---Seguidamente o Deputado da bancada do PSD, Carlos Gouveia Martins, apresentou a moção intitulada “Por uma Legislatura Ganha”, documento número três apenso a esta ata.-----

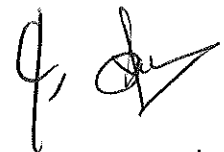
---O deputado António Mendonça interveio afirmando que o seu partido sempre lutou e continuará a lutar pela Regionalização Administrativa do Algarve, debater-se-á sempre por defender os interesses dos trabalhadores portugueses assente sempre nos seus ideais políticos, patrióticas e de esquerda e não embarcará em demagogias políticas. -----

---O deputado José Graça salientando o fato de se estar de novo perante uma moção política e partidária, rebateu as afirmações nela contidas, enumerando algumas dessas medidas já implementadas no terreno tanto pelo Governo como pelos Municípios, nomeadamente, o documento já aprovado com a Estratégia para o Algarve 20-30, o melhoramento de alguns troços na ferroviária, a inclusão de verbas no PRR para colmatar a falta de água no Algarve, com a construção da 1ª central de dessalinização, algumas medidas na área da saúde e ainda no quadro de transferências de competências para os municípios. Disse que muito se tem sido feito e por isso considera que todos, neste órgão, deveriam trabalhar no mesmo caminho, visando a defesa dos interesses da região e dos algarvios.-----

---Após análise, a moção foi colocada à votação, tendo sido reprovada por maioria, com 35 votos contra, 22 votos a favor e 1 abstenção, distribuídos entre as diferentes forças políticas aqui representadas da seguinte forma: PS - 30 votos contra; PSD – 20 votos a favor; CDU – 4 votos contra; BE – 1 abstenção; CPMF – 1 voto a favor; MIPA – 1 voto a favor e Renascer – 1 voto contra.-----

---Após discussão e votação dos documentados apresentados, usaram da palavra ainda os deputados abaixo identificados para debater assuntos vários de interesse para a Comunidade Intermunicipal, de âmbito local ou regional.-----

---O deputado Carlos Gouveia Martins pretendeu saber qual a calendarização agora definida para as obras de eletrificação da ferroviária no Algarve, uma vez que já em



2017 havia sido anunciado pelo Ministro Pedro Marques, um cronograma que, de acordo com entrevistas concedidas pelas autarcas do PS Algarve, Isilda Gomes e Maria Joaquina Quintans de Matos, previa-se a sua conclusão nos finais do ano 2020, o que não se confirmou.-----

---Também o deputado Pedro Mota questionou sobre o ponto de situação da ferrovia no Algarve, da resolução da falta de água na região e da habitação para jovens universitários que queiram frequentar estabelecimentos de ensino em Faro e Portimão, concluindo que se gastam milhares de euros em estudos, ao longo dos anos, e nada é feito.-----

---O Deputado José Pedro Soares pretendeu saber se os estudos realizados pela AMAL, nos últimos dez anos, estão explanados nalgum documento ou pasta que se possa consultar, nomeadamente o que foi utilizado para integrar o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para o Algarve, elaborado muito recentemente pela Universidade do Algarve. Solicitou ainda esclarecimentos ao Presidente do Conselho Intermunicipal sobre a intervenção da AMAL nalguns projetos estruturantes para a região do Algarve como: o desassoreamento do Rio Arade, entre Portimão e Silves; o Estabelecimento Prisional de Silves; os melhoramentos na Estrada Nacional cento e vinte e quatro, entre Silves e Monchique, e no desenvolvimento do porto de cruzeiros, em Portimão.-----

---Em resposta, o Presidente do Conselho Intermunicipal da AMAL esclareceu que a AMAL não tem competências sobre estas matérias e como tal não poderá responder por elas. Apenas e no âmbito do PRR, informou que haverá uma verba de 35 milhões de euros, a ser gerida pela AMAL, destinada à apresentação de projetos hídricos e à eficiência da poupança da água nas redes de abastecimento, tendo já sido apresentadas candidaturas pelos Municípios, no valor de 19 milhões de euros.-----

---O deputado Abel Matinhos considerou que a AMAL deveria promover debates e encontrar soluções para ajudar os jovens na área da sua formação, do emprego e na aquisição de habitação condigna, para estudarem ou fixarem-se na região.-----

---Esgotadas as intervenções no Período de Antes da Ordem do Dia, a Assembleia Intermunicipal passou à discussão dos assuntos dos pontos da Ordem do Dia.-----

II – Período da Ordem do dia:-----

1. Informação do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal acerca da atividade da Comunidade Intermunicipal do Algarve:- O Presidente do Conselho Intermunicipal da AMAL disse que para além dos estudos e projetos que a AMAL está



envolvida e que estão explanados no documento distribuído atempadamente aos senhores deputados, gostaria que no próximo ano fossem debatidos e analisados, em pormenor e com bastante coerência, dois assuntos que não foram trabalhados em 2021, por via do contexto pandémico: o Ordenamento do Território e a Regionalização, nomeadamente o seu modelo. Sobre o último assunto, opinou que deverá nesta Assembleia, ser o local mais indicado para se debater e concertar o modelo de Regionalização a criar e implementar na região.-----

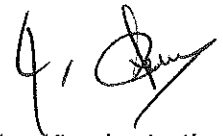
---Abertas as inscrições o deputado Gilberto Viegas questionou a AMAL se já tinha definido os critérios de distribuição das verbas inseridas no PRR, na área da habitação, aos 16 municípios e se foi tido em conta as especificidades de cada um deles e seus constrangimentos, por forma a existir uma harmonia e equidade na distribuição das mesmas.-----

---Registou-se ainda as intervenções do deputado Pedro Mota, que questionou se a AMAL, na qualidade de Autoridade de Transportes, utilizou na renovação da frota autocarros elétricos ou a gás e como estava a situação da implementação do passe intermodal no Algarve.-----

-- E o deputado José Manuel da Gloria Freire pretendeu saber o ponto da situação em que se encontrava a introdução do passe intermodal e a utilização do transporte flexível no Algarve bem como o Plano de motorização e acompanhamento para as alterações Climáticas. Falando sobre o processo de Regionalização, salientou que não basta só discutir este assunto, convém definir-se metas e calendarização a cumprir para a sua execução.-----

---O Presidente da Mesa da Assembleia apelou ao poder de síntese dos deputados nas suas intervenções e salientou que o tema da Regionalização, dado a sua relevância e complexidade, deverá ser um assunto a debater numa próxima sessão extraordinária, convocada especificamente para o efeito.-----

---Respondendo às questões formuladas, o Presidente da AMAL disse que, no que respeita à habitação, os municípios concorrem diretamente ao PRR, devendo para o efeito ter já aprovado o seu Plano Municipal. Esclareceu que existe de fato constrangimentos na área da locação dos terrenos para se vir a construir este tipo de habitação social ou a custos controlados, devido ao preço por metro quadrado e ainda às limitações na construções nalguns deles, podendo nesta ultima situação a AMAL encetar negociações com o Governo, no sentido de serem alterados os Planos



Diretores Municipais e abrir uma exceção, por forma a permitir a construção deste tipo de habitação.-----

---Esclareceu que foram adquiridos autocarros elétricos e a gás e o processo da utilização do passe intermodal continua em negociações. No que se refere ao Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas, PIAAC, não existe alterações, esperando-se que o novo quadro Comunitário possa financiar novas iniciativas.-----

2. Apreciação dos compromissos plurianuais assumidos no ano de 2021, no âmbito da autorização prévia genérica concedida pela Assembleia Intermunicipal: Não houve qualquer intervenção a registar. A Assembleia Intermunicipal tomou conhecimento.-----

3. Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, do Plano de Recrutamento para o ano de 2022: A pedido do senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, o Primeiro Secretário da AMAL, fez uma breve apresentação do Plano de Recrutamento para o ano 2022.-----

---Sobre este assunto foi levantado algumas questões relacionadas com a brigada de sapadores, quanto à sua localização e vencimentos, aos quais o Presidente do Conselho prestou os devidos esclarecimentos.-----

---Colocado à votação o Plano de Recrutamento para o ano de 2022, foi aprovado por maioria com 37 votos a favor e 20 abstenções, distribuídos entre as diferentes forças políticas aqui representadas da seguinte forma: PS - 29 votos a favor; PSD – 20 abstenções; CDU – 4 votos a favor; BE – 1 voto a favor; CPMF – 1 voto a favor; MIPA – 1 voto a favor e Renascer – 1 voto a favor.-----

4. Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, do Mapa de Pessoal para o ano de 2022:- Sobre este assunto apenas houve a registar a intervenção do deputado José Pedro Soares, que perguntou se o serviço dos trabalhadores que irão ser contratados no próximo ano não poderiam ser colmatado com trabalhadores dos municípios associados. O Presidente da AMAL informou que é precisamente ao contrário, os municípios é que recorrem muitas vezes aos serviços dos nossos trabalhadores e por isso a necessidade de recrutar mais pessoas.-----

Posto isto, o referido documento foi colocado à votação tendo sido aprovado por maioria, com 37 votos a favor e 20 abstenções, distribuídos entre as diferentes forças políticas aqui representadas da seguinte forma: PS - 29 votos a favor; PSD – 20

abstenções; CDU – 4 votos a favor; BE – 1 voto a favor; CPMF – 1 voto a favor; MIPA – 1 voto a favor e Renascer – 1 voto a favor.-----

5. Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2022:-

---O Presidente da Mesa propôs que a discussão e votação destes dois documentos fosse feita em conjunto, tendo em conta a conexão e interdependência existente entre eles. A Assembleia aprovou, por unanimidade, a proposta de metodologia.-----

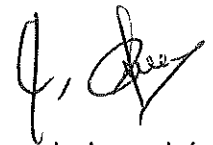
---O Presidente do Conselho Intermunicipal referiu que o documento das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de dois mil e vinte dois foi distribuído a todos, atempadamente, e que se encontrava disponível para eventuais esclarecimentos. Informou que o valor total das Grandes Opções do Plano é de três milhões, trezentos e nove mil, seiscentos e sessenta e quatro euros (3.309.664 euros) e quanto ao Orçamento, o seu valor total é de quatro milhões, seiscentos e setenta e três mil, quinhentos e quarenta e oito euros (4.673.548 euros).-----

---O deputado Carlos Gouveia Martins solicitou esclarecimentos sobre o que estava programado para o próximo ano, no âmbito da mobilidade para toda a região do Algarve e como estão a decorrer os estudos para a implementação do passe intermodal.-----

---O deputado Gilberto Viegas pretendeu saber se já existiam critérios para a distribuição da verba de trinta e cinco milhões, incluídos no PRR aos municípios, comentando que a realidade é diferente em cada um deles e que deveria haver uma harmonia nessa distribuição.-----

---E o deputado Pedro Mota solicitou esclarecimentos sobre o ponto da situação dos transportes flexíveis no Algarve e da gestão da Algar, que continuava a prestar aos municípios um péssimo serviço.-----

---O Primeiro Secretário da AMAL, por solicitação do senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, interveio esclarecendo todo o processo que envolve a atribuição de passes a custos reduzidos, já em vigor, e suas formas de financiamento. Referiu os custos elevados associados aos mesmos e deu ainda conhecimento do andamento dos estudos e negociações a decorrer com os municípios, operadoras na área dos transportes rodoviários e ferroviário (CP), no sentido de se vir a concretizar o lançamento do passe intermodal já no início do próximo mês de Setembro. Comentou que a taxa de ocupação dos autocarros, neste momento, é apenas de vinte por cento, o que a AMAL está a trabalhar no sentido de tentar aumentá-la, substancialmente.-----



---Sobre a Algar, o Presidente da AMAL informou que a Entidade Reguladora, há anos atrás, baixou o preço das tarifas a pagar pelos Municípios e neste momento veio aumentar em dez euros por tonelada, o que se pode concluir que efetivamente a Algar poderia ter razão, quando apresentou uma situação financeira deficitária e afirmava não ter condições para prestar um serviço de qualidade. Disse ainda que os Municípios têm um gestor nomeado no Conselho de Administração da Algar e que tem informado não existirem gastos extraordinários nem verbas exageradas nas suas contratualizações. Informou ainda que a distribuição das verbas, de acordo com regras definidas no PRR, está condicionada à maturidade dos projetos a apresentar pelos municípios e ao seu contributo para a poupança da água. Informou que será a empresa Águas do Algarve S.A. e a Agencia Portuguesa do Ambiente I.P. – Administração da Região Hidrográfica do Algarve (APA-ARH do Algarve) que irão ser responsáveis pelos estudos da dessalinização e da ligação da água ao Pomarão, respetivamente, e a AMAL irá periodicamente acompanhar esse trabalho.-----

---Registou se ainda as intervenções do deputado João Santos, que lamentou que nas GOP's da AMAL não exista qualquer medida de incentivo e apoio ao sector das pescas no Algarve, e a deputada Graça Pereira referiu também não ter visto neste documento, qualquer referência a uma estratégia definida pela AMAL para colmatar os problemas na área da saúde e da desertificação no Algarve.-----

--- Na sequência destas últimas intervenções gerou-se alguma controvérsia em torno das competências e atribuições da AMAL e as suas limitações, dos Municípios e até desta Assembleia Intermunicipal, tendo o Presidente da Mesa esclarecido que essas atribuições e competências estão plasmadas nos diplomas legais que regulamentam estas matérias, nomeadamente na Lei nº. 75/2013. Opinou que o que a AMAL e os seus órgãos – Conselho e Assembleia Intermunicipal - não poderão fazer é uma interpretação restritiva das atribuições e competências legalmente atribuídas, reduzindo assim a sua relevância. E adiantou que, em seu entender, a Assembleia é o fórum, por excelência, onde os autarcas algarvios, como representantes das Assembleias Municipais do Algarve, e por consequência da população algarvia, devem debater os problemas da região, apresentar propostas para a sua resolução e reivindicar junto das entidades competentes, regionais e/ou nacionais, a resolução desses mesmos problemas, só assim servindo o Algarve e os algarvios.-----

--- Foi ainda levantada uma questão, pelo deputado Francisco Moleiro, sobre a insuficiência de verbas destinadas a despesas com pessoal, tendo em conta o

número de pessoas a recrutar.-----

--- O Primeiro Secretário da AMAL, por solicitação do Presidente do Conselho Intermunicipal prestou os devidos esclarecimentos.-----

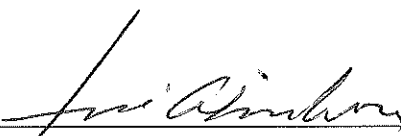
---Terminada a análise e discussão dos documentos, a Assembleia passou à sua votação, tendo os mesmos sido aprovados por maioria com 30 votos a favor e 24 abstenções, distribuídos entre as diferentes forças políticas aqui representadas da seguinte forma: PS - 28 votos a favor; PSD – 20 abstenções; CDU – 4 abstenções; BE – 1 voto a favor; MIPA - 1 voto a favor.-----

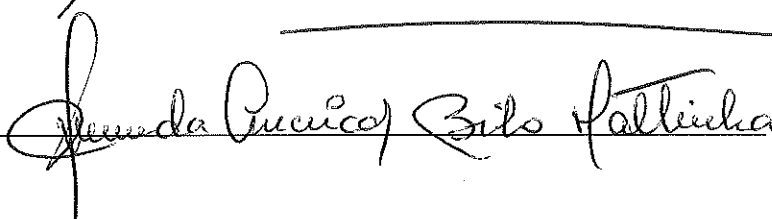
6. Apreciação, discussão e deliberação, sob proposta do Conselho Intermunicipal, da autorização prévia genérica favorável à de assunção de compromissos plurianuais no ano de 2022: O Presidente do Conselho Intermunicipal informou que este procedimento decorre da lei e carece de ser aprovado por esta Assembleia. Não tendo havido quaisquer intervenções a registar, o Presidente da Mesa colocou o mesmo à votação, tendo sido aprovado por maioria com 50 votos a favor e 5 abstenções, distribuídos entre as diferentes forças políticas aqui representadas da seguinte forma: PS - 28 votos a favor; PSD – 20 votos a favor; CDU – 4 abstenções; BE – 1 abstenção; MIPA – 1 voto a favor; Renascer – 1 voto a favor.-----

---Posto isto, foi colocada à votação a proposta de minuta das deliberações tomadas, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade-----

--- Antes de terminar a sessão, o Presidente da Mesa da Assembleia desejou a todos um Bom Natal e um Feliz Ano Novo.-----

---Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, quando eram dezoito horas, da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo senhor Presidente e por mim, Almerinda Maltinha designada para o efeito a redigi. -----





Rijutada

Nº3



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the number '3'.

Handwritten signature in blue ink.

MOÇÃO

Por uma Legislatura Ganha.

Às portas do ato eleitoral de janeiro de 2022, augura-se o início de uma nova legislatura que ofereça ao Algarve o cumprimento das promessas adiadas nas anteriores duas legislaturas. Os algarvios têm assistido a manobras de ilusionismo que fazem esfumar compromissos inadiáveis, mas que continuam no limbo.

Na saúde, 83.360 algarvios continuam sem médico de família atribuído à data de novembro passado, segundo o fidedigno Portal da Transparência do SNS. O Hospital Central do Algarve, continua enterrado em alguma gaveta do atual Governo, depois de ostensivamente esse mesmo Governo ter feito tábua rasa do estudo coordenado por Daniel Bessa que colocava este importantíssimo equipamento em 2ª prioridade nacional e optado por construir outros cinco hospitais país fora.

A ferrovia continua sem ser modernizada, metade do Algarve é elétrico e outra metade é poluidor... A linha passa ao largo do aeroporto e parece que ninguém percebe que o óbvio: Tem que de lá parar e tem de haver intermodalidade. A linha ferroviária do nosso Algarve vê Espanha, mas tem medo de atravessar o Guadiana e ligar-nos à Europa.

Ao mesmo tempo que o Governo viola a Lei aprovada pela Assembleia da República e faz malabarismos para não baixar as portagens da A22, a EN 125 não tem obra, degrada-se e vê morrer cidadãos enquanto os prazos e as burocracias servem de pretexto para não se gastar um cêntimo na sua requalificação.

O PRR prevê investimento para a água. Para acudir quando? Não há estratégia, não há ação para garantir o abastecimento ao consumo e para apoiar a crescente redinamização da agricultura – tão indispensável para a diversificação da economia regional.

A mesma diversificação da nossa base produtiva, com a qual todos concordam em discurso, mas que apenas ocorre pela tenacidade da iniciativa privada que continua à espera – há mais de um ano – do prometido Plano específico para o Algarve, o “tal Plano” que vem acudir ao afundamento a que a pandemia nos levou por muito dependermos do turismo. Onde está esse Plano?

A única região do país que tem duas costas banhadas por diferentes mares não tem uma autoridade própria para gerir a sua atividade portuária. Subjugados a Sines, os portos do Algarve definham, sem estratégia, sem investimento e sem rumo. Na área comercial, novamente, o óbvio seria termos portas abertas ao efervescente mercado de cruzeiros – fundamental, por exemplo, aqui ao lado em Málaga ou Cádiz e também na Madeira. Deveríamos ter ligações regulares em *ferryboat*, trans-regionais (Madeira, Lisboa, Porto?) e trans-nacionais (Espanha, Marrocos, Canárias?).

Nas pescas, a desordem e a confusão reinam, sendo o mais recente episódio das licenças de pesca apenas um exemplo da incompetência.



Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

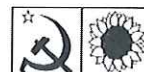
Não queremos mais uma legislatura perdida.

Assim, os membros da Assembleia Intermunicipal do Algarve, reunidos a 21/12/2021 em Lagoa deliberam:

- Instar todos os partidos candidatos às próximas eleições legislativas a comprometerem-se com uma agenda de desenvolvimento para o Algarve, garantido a disponibilidade para resolver aqueles e outros pontos, viabilizando os instrumentos legais para o Governo que das eleições resultar os possa executar.

Pela Bancada Intermunicipal do PSD/Algarve

Lagoa, 21 de dezembro de 2021



[Handwritten signature]

Sessão Ordinária da Assembleia Intermunicipal do Algarve, no dia 2021-12-21, em Lagoa.

MOÇÃO

PELO FIM DAS PORTAGENS NA VIA DO INFANTE

DEZ ANOS DEPOIS, A LUTA CONTINUA!

- No passado dia 08 de dezembro assinalaram-se os 10 anos da imposição de portagens na Via do Infante pelo Governo PS/Sócrates, contra a vontade dos trabalhadores e das populações do Algarve. Uma decisão que tendo sido confirmada nos anos seguintes por sucessivos governos do PSD/CDS e do PS, prejudicou gravemente a região, constituindo-se como um factor de extorsão da riqueza produzida na região por parte do grupo económico que ficou com a concessão desta autoestrada.
- Dez anos de portagens que foram um factor de atraso no desenvolvimento do Algarve, de agravamento da sinistralidade (parte do tráfego foi desviado para a EN 125), de perda de competitividade por parte das empresas na região e de empobrecimento das populações. O facto da Via do Infante ter sido construída com dinheiros públicos e estar ao serviço da acumulação privada, torna ainda mais grave a convivência de sucessivos governos com esta situação.
- Ao longo dos anos, nem as populações, nem a CDU se conformaram com esta decisão. A intensa luta, denúncia e proposta que foi desenvolvida, obrigou os últimos Governos do PS a reduzirem o valor das portagens, como aliás ficou consagrado no último Orçamento do Estado para 2021, em que a redução para 50% do valor das portagens foi imposta contra a vontade do PS.
- No entanto, os avanços que se alcançaram – os últimos entraram em vigor no passado dia 01 de Julho – não resolveram em definitivo este problema. Apesar das sucessivas propostas, designadamente do PCP, no sentido da abolição imediata das portagens, PS, PPD/PSD e CDS-PP, opuseram-se sempre à sua eliminação. Se o Algarve ainda hoje tem portagens na Via do Infante, é porque PS, PPD/PSD e CDS-PP assim o quiseram.

(Continua)



(Continuação)

Handwritten signatures and initials in blue ink.

- Aos que não se cansam de acenar com as supostas virtudes das chamadas Parcerias Público-Privadas, convidamos a porem os olhos na Via do Infante e na EN 125, cujas obras estão paradas com o Estado a pagar dezenas de milhões de euros à concessionária, e facilmente verificarão até onde a política de direita favorece os interesses dos grupos económicos em detrimento de toda uma região e da população que aqui vive e trabalha.
- Reafirmando o seu compromisso com os trabalhadores e o Povo, a CDU sublinha que continuará a intervir até que as portagens na Via do Infante sejam abolidas e até que a EN 125 seja integralmente requalificada.

Assim, os eleitos da CDU propõe que a Assembleia Intermunicipal do Algarve, reunida em Lagoa, no dia 21 de dezembro de 2021, delibere exigir ao Governo:

- 1. A abolição das portagens na Via do Infante, reivindicação das populações, das Autarquias Locais e da Economia Regional.**
- 2. A requalificação integral da EN 125.**

E que delibere ainda mais, no caso desta moção ser aprovada, que dela seja dado conhecimento ao Presidente da República, ao Governo e aos órgãos de comunicação social.

Lagoa, 21 de dezembro de 2021.

Os eleitos da CDU na Assembleia Intermunicipal do Algarve.



Sessão Ordinária da Assembleia Intermunicipal do Algarve, no dia 2021-12-21, em Lagoa.

[Handwritten signature]

RECOMENDAÇÃO

PELO REFORÇO DA CAPACIDADE DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

- A realidade comprova que o SNS – Serviço Nacional de Saúde é a solução para assegurar o direito constitucional à saúde para todos, por isso a prioridade deve ser o reforço da sua capacidade de resposta, em proximidade e com qualidade para garantir que todos os utentes têm acesso à saúde, independentemente da sua condição económico-social.
- As insuficiências e limitações com que o SNS se confronta, que não são de hoje, mas que a epidemia do Sars-Cov-2 evidenciou e agravou, são consequência das opções políticas de sucessivos Governos, de desinvestimento público, que se traduz no subfinanciamento crónico, na carência de profissionais de saúde, na redução de serviços e valências, nos elevados tempos de espera nas consultas, cirurgias, exames e tratamentos.
- Apesar de nos últimos anos ter havido aumento do financiamento do Serviço Nacional de Saúde, este continua aquém das necessidades, ao não assegurar a adequada dotação financeira dos estabelecimentos de saúde do SNS. Quando a transferência de verbas do Orçamento do Estado para o SNS é inferior às despesas realizadas pelo SNS, é fácil concluir que o subfinanciamento crónico persiste.
- Como resultado deste subfinanciamento do SNS, aumentam as dificuldades existentes na prestação de cuidados nos centros de saúde e nos hospitais, há equipamentos que ficam obsoletos, degradam-se as condições de trabalho e as instalações e o número de trabalhadores da saúde revela-se insuficiente.
- Por outro lado, é igualmente necessário pôr fim à promiscuidade entre o setor público e o setor privado e canalizar os recursos públicos para reforçar o SNS e investir no SNS e não para aumentar os lucros dos grupos privados de saúde.
- É necessário, como a Lei de Bases da Saúde determina, que exista um Plano Plurianual de Investimentos no SNS que tenha em consideração a necessidade de remodelar, ampliar e construir novas instalações de centros de saúde e hospitais, a internalização dos meios complementares de diagnóstico e terapêutica, a recuperação das cerca de 4 000 camas perdidas nos últimos anos nos hospitais públicos e que hoje está mais do que comprovada a sua necessidade, bem como proceder à inovação e modernização tecnológica.

(Continua)



(Continuação)

Assim, os eleitos da CDU propõe que a Assembleia Intermunicipal do Algarve, reunida em Lagoa, no dia 21 de dezembro de 2021, delibere recomendar ao Governo:

1. O reforço do financiamento do SNS e a exclusão do SNS da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.
2. A reversão do modelo de regime de parcerias público privadas na gestão de estabelecimentos de saúde, garantindo a sua gestão pública e pondo fim à promiscuidade entre público e privado.
3. O investimento na modernização e na inovação tecnológica nos estabelecimentos de saúde que integram o SNS, no quadro da elaboração e implementação de um Plano Plurianual de Investimentos no SNS, que vise o alargamento da rede pública nos cuidados de saúde primários, nos cuidados hospitalares e nos cuidados continuados e paliativos.
4. A implementação dos sistemas locais de saúde e a capacitação dos cuidados de saúde primários, para que assumam uma maior relevância no acompanhamento dos utentes, na promoção da saúde e na prevenção da doença.
5. A contratação de profissionais de saúde necessários no SNS para garantir e aumentar a capacidade de funcionamento dos serviços públicos de saúde, bem como o desenvolvimento do funcionamento dos serviços públicos de saúde assente em equipas multiprofissionais.
6. A eliminação definitiva das taxas moderadoras, que constituem um obstáculo no acesso dos utentes aos cuidados de saúde, assegurando a gratuitidade do SNS, bem como a atribuição gratuita dos transportes de doentes não urgentes a todos os utentes que dele necessitem para aceder aos cuidados de saúde a que têm direito.
7. Dar conhecimento desta recomendação, caso seja aprovada, ao Presidente da República, ao Governo e aos órgãos de comunicação social.

Lagoa, 21 de dezembro de 2021.

Os eleitos da CDU na Assembleia Intermunicipal do Algarve.